

Numa perspectiva cristã e reformada, qual é o papel do governo civil?

Essa autoridade é absoluta? Por quê?

O presente artigo demonstrará a finalidade para a qual o governo civil é constituído por Deus e os seus limites de atuação, segundo a perspectiva cristã e reformada, isto é; se seguirá o pensamento de Groen Van Prinsterer e principalmente de Abraham Kuyper¹. Trataremos destes dois pensadores como representantes da tradição política-reformada tendo em vista um princípio teológico norteador presente em seu pensamento, a saber, a ideia de Lei proposta por Calvino, como um princípio que deve reger toda a sociedade. Ora, este pensamento político-reformado responderá a nossa pergunta principal da seguinte maneira: o governo civil é autorizado por Deus para refrear o mal, contendo os desarranjos e distúrbios sociais, e para promover o bem, fomentando as iniciativas dos indivíduos e associações entre estes que promovam o desenvolvimento da criação. Esta perspectiva será provada estabelecida através de (1) citações de cada um dos pensadores supracitados. Posto isto, (2) passaremos a explicar a autoridade relativa do governo civil segundo a perspectiva de cada um destes pensadores, (3) o que provará a voz unânime da tradição político-reformada nos ideais de um governo civil limitado e regido por instâncias menores.

Assim como em outras áreas, na política a tradição reformada procurou construir um pensamento baseado estritamente no texto bíblico, sobretudo, no trecho do capítulo treze da “Carta aos Romanos” do Apóstolo Paulo, versículos um ao sete. *“Toda a alma esteja sujeita às potestades superiores; porque não há potestade que não venha de Deus; e as potestades que há foram ordenadas por Deus. Por isso quem resiste à potestade resiste à ordenação de Deus; e os que resistem trarão sobre si mesmos a condenação. Porque os magistrados não são terror para as boas obras, mas para as más. Queres tu, pois, não temer a potestade? Faze o bem, e terás louvor dela. Porque ela é ministro de Deus para teu bem. Mas, se fizeres o mal, teme, pois não traz de balde a espada; porque é ministro de Deus, e vingador para castigar o que faz o mal. Portanto é necessário que lhe estejais sujeitos, não somente pelo castigo, mas também pela consciência. Por esta razão também pagais tributos, porque são ministros de Deus, atendendo sempre a isto mesmo. Portanto, dai a cada um o que deveis: a quem tributo, tributo; a quem imposto, imposto; a quem temor, temor; a quem honra, honra.”*²

Esse texto, segundo a tradição político-reformada, apresenta duas verdades que permearam todo o debate sobre o governo civil, sua finalidade e seus limites: (1) o

¹ Me limitei a estes pensadores visto que na primeira parte do curso já tratamos principalmente de Calvino e das confissões reformadas.

² Romanos 13.1-7, Versão Almeida Corrigida e Fiel.

governo civil é constituído por Deus e (2) deve governar para Deus. Ou seja, o governo civil deve ser obedecido pois é uma autoridade constituída por Deus, mas ao mesmo tempo, ele também deve obedecer à Deus, ou seja, ele não é absoluto, e deve ser repreendido segundo o critério bíblico (5º mandamento). O equilíbrio os dois extremos, a revolução e o absolutismo, faz parte do debate provocado por Groen Van Prinsterer, em seu livro *“Incredulidad y Revolucion”*³, em que ele combate veementemente os princípios por traz da revolução francesa, como pode-se ver *“O que vemos em 1789 é a Revolução. Não é ‘uma reforma política que apesar de seus males concomitantes pertencem ao objetivo e em resultado aos eventos saudáveis da história mundial’ como pretendem alguns autores. É mais que uma revolução política, que desemboca na democracia, como alguém poderia deduzir [...]. É a Revolução com sua influência funesta que, embora suavizada em seus feitos perniciosos pelas bênçãos de uma providência superior [...] segue hoje em dia, frustrando as operações de princípios verdadeiramente saudáveis. É a Revolução, com sua sistemática aplicação da filosofia da incredulidade, com suas atrocidades e seu caráter destrutivo [...]”*.⁴ Como podemos perceber, van Prinsterer ataca a ideia de soberania popular, o princípio *“destrutivo”* por trás da revolução francesa, o que ele chama de *“filosofia da incredulidade”*, uma vez que não parte do princípio normativo das Escrituras. Mas como fica a questão da autoridade do Estado? Quem deve resistir ao Estado?

É Abraham Kuyper que vai desenvolver melhor a ideia do princípio de autoridade diferenciada para um equilíbrio de resistência ao governo. Veja o que Kuyper diz, *“Pois, o governo está sempre inclinado, com sua autoridade mecânica, a invadir a vida social, a sujeita-la e arranjà-la mecanicamente [...] Por outro lado, a vida social sempre se esforça para livrar-se da autoridade do governo, assim como hoje este esforço culmina novamente na social-democracia e no anarquismo, ambos objetivando nada menos do que a destruição total da instituição da autoridade [...] O Calvinismo foi o primeiro a tomar sua posição. Pois na mesma proporção em que ele honrou a autoridade do magistrado instituído por Deus, estimulou essa segunda soberania, a qual foi implantada por Deus nas esferas sociais de acordo com as ordenanças da Criação [...] Ele exigiu para ambas independência em suas próprias esferas e regulamentação da relação entre elas, não pelo executivo, mas sob a lei.”*⁵ O termo repetido que chama atenção neste texto é *esfera*, um conceito que inaugurou uma proposta bíblica de resistência e submissão ao Estado, sem perder o valor da autoridade que cada esfera da sociedade (família, escola, igreja e demais associações) tem dentro de sua própria esfera, e assim garantindo uma certa independência constitucional, que segundo Kuyper, é fruto do pensamento calvinista. Essa independência constitucional garante que o limite de atuação do governo civil seja a esfera, colocando de outra forma, o governo civil está limitado a se intrometer na vida em sociedade quando há conflito entre estas esferas. Além disso, ele deve fomentar o desenvolvimento destas associações, *“louvá-las”* para usar uma linguagem bíblica⁶.

³ Incredulidade e Revolução.

⁴ Tradução minha do um trecho do livro *Incredulidad y Revolucion*, p42.

⁵ Abraham Kuyper: *Calvinismo*, p109-110.

⁶ Evitei aqui inserir exemplos, visto que fugiria do escopo e propósito do presente trabalho.

Em suma, vimos aqui que a tradição político-reformada apresenta uma profunda compreensão acerca do papel do governo civil, e não somente deste, mas também de como deve ser a relação deste com as demais esferas da sociedade. O governo é uma autoridade constituída por Deus para refrear os efeitos do pecado nas relações humanas, contudo ele mesmo é afetado pelo queda do homem, e portanto deve ser limitado às suas funções de combater a desarmonia social que surge na relação entre as diversas esferas da sociedade, e também propiciar meios para que estas esferas se desenvolvam. Para um desenvolvimento melhor e posterior de como o Estado deve proceder em relação ao seu papel de promover o bem das esferas, ou seja, o papel de *louvá-las*, deve se partir do mesmo pressuposto que estes pensadores tiveram, ou seja, a ideia de que o Estado não pode tomar para si qualquer função que não lhe pertence.